

ARQUIVOS DE FAMÍLIAS: POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Eneida Santana
eneida@ifba.edu.br

Instituto Federal da Bahia, Campus Camaçari,
Núcleo Avançado Dias D'Ávila
Mestranda em Ciência da Informação do
Programa de Pós-graduação em Ciência da
Informação, da Universidade Federal da Bahia

Zeny Duarte
zenydu@gmail.com

Professora associada do Instituto de Ciência
da Informação / Universidade Federal da
Bahia - Pós-doutora pela Universidade do
Porto, apoio da FCT – Portugal (Orientadora)

Trata-se de revisão teórica e conceitual sobre arquivos de famílias, pesquisa que se encontra em andamento para a escrita da dissertação de mestrado em ciência da informação “O arquivo da família Calmon: patrimônio documental do povo baiano”, inserida na linha de pesquisa “Políticas, tecnologias e usos da informação”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. O objetivo é fortalecer as políticas públicas de acesso e preservação coerentes com a formação, proveniência, organicidade e ordem original de arquivos de famílias. Apresentar-se-ão teorias e métodos da arquivologia e ciência da informação associados aos estudos sobre políticas públicas e organização de sistemas de informação de arquivos de famílias.

Palavras Chave: Arquivo de família; Preservação da memória das famílias; Políticas públicas; Sistemas de informação – arquivos de famílias.

1 Introdução

Este trabalho é fruto das escavações teórico-metodológicas realizadas no mestrado de C.I., iniciadas no projeto denominado: O arquivo da família Calmon: patrimônio documental do povo baiano.

Um dos objetivos deste estudo é identificar, na análise documental dos itens documentais do arquivo da família Calmon, temáticas relacionadas a fatos e feitos históricos decisivos na formação dos bens culturais da Bahia, disseminando suas memórias e contribuindo para a discussões de políticas preservação de fontes de informação única e original. O acervo mencionado possui

especificidades próprias de arquivo produzido e acumulado por indivíduos pertencentes a um só elo familiar. Sendo assim, caracteriza-se enquanto documentação única pertencente a componentes de uma mesma família, composta de manuscritos, correspondências, diários, recortes de jornais, revistas, fotografias, objetos e documentos pessoais, escrituras de bens e demais suportes e espécies documentais referindo-se à vida, obra e pensamento de representantes da mencionada família.

Trata-se de temática instigante e pouco explorada em artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Sendo assim, atualizaremos estudos bibliográficos, conceituais e metodológicos com reflexões acerca de arquivo de família, em busca de aporte teórico e epistemológico da arquivologia e ciência da informação, pontos determinantes à metodologia da pesquisa e escrita da dissertação.

O arquivo da família Calmon é o objeto deste estudo e, como tal, será explorado na condição de fundo arquivístico. Destacaremos a característica da fonte de pesquisa e informação inerente aos arquivos de família e a possibilidade de apresentar um sistema de informação arquivístico, observando a organicidade do arquivo e garantindo-lhe o acesso compartilhado por meio de suporte da TIC.

2 A família Calmon: breve relato

A família Calmon chegou ao Brasil na segunda metade do século XII, representada pelos irmãos Sebastião Calmon e João Calmon, vindos de Portugal para a Colônia recém-criada: O primeiro fixou-se em São Paulo e o segundo, na Bahia¹. No famoso catálogo genealógico do Frei Antônio de Sta. Maria Jaboatão, marca-se o início da descendência dos Calmons na Bahia, a partir do ano de 1660², oriundos de personalidades ilustres da nação brasileira, como marqueses, escritores e diversos ministros.

João Calmon (1620-1674) era capitão-de-mar-e-guerra. Veio para o Brasil no intuito de fincar raízes, trabalhar e servir à terra. Tomou como esposa a senhora Maria Malafaia de Brito, que lhe deu um único filho vivo, Antônio Calmon de Brito. Em sua viuvez, tomou como esposa a senhora Juliana de Almeida. Como descendentes, são sete representantes da primeira geração baiana dos Calmons³.

A segunda geração foram os descentes dos filhos caçulas do capitão João Calmon, Miguel

1 □ José Calasans (1991) remonta a história da família Calmon ao processo introdutório do estudo de Miguel Calmon Sobrinho e sua época (1912-1967) – Vide referências.

2 □ O Catálogo Genealógico das Principais Famílias Brasileiras do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão é uma das principais fontes primárias de pesquisas realizadas sobre a formação familiar brasileira ao longo dos séculos. - Vide referências.

3 □ José Calasans, *ibidem*.

Calmon e Francisco Calmon. O filho homônimo de Francisco Calmon (1703), como diz José Calasans (1991, p. 28), “foi um dos escritores baianos do século XVII, membro supranumerário da Academia Brasílica dos Renascidos, autor de interessantes opúsculos, que lhe assegurou título prioritário no campo do folclorismo nacional”. Outros escritos apontam que os feitos de Francisco Calmon serviram de estímulo e orgulho para a próxima geração que se seguia, a geração da independência.

No início do século XIX, nos momentos árduos da luta política e militar da Independência, surgem na Bahia e no Brasil os Calmons do engenho Patativa, representantes da nova geração da família, que iriam galgar posições de relevo no cenário da libertação, como observa Jayme Menezes (1967, p. 126).

Esse historiador não só poderia iniciar tão bem a descrição temporal para situar os Calmons nesse período, representados por Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1794-1865), o marquês de Abrantes, secretário da Junta de Cachoeira na guerra da Independência, deputado à Constituinte de 1823, deputado geral em várias legislaturas, senador do Império e ocupante de diversos cargos políticos no primeiro reinado, na regência e no segundo reinado.

Os sobrinhos do marquês deram continuidade ao rico legado da família, atuando na Velha República com a presença dos “manos ilustres”⁴ Antônio Calmon Du Pin e Almeida (1874-1932), Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932) e Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), o último homônimo do tio marquês.

Essa trindade calmoniana rendeu diversas legislaturas na Câmara Federal a Antônio Calmon Du Pin e Almeida; a Miguel Calmon du Pin e Almeida, o ministério e o senado nacional, e a Francisco Marques de Góis Calmon, o governo do estado da Bahia. É sobre este último e sua descendência que projetamos compreender os liames do arquivo da família Calmon à luz da arquivologia e ciência da informação.

Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932) assumiu o governo do Estado da Bahia entre 1924 e 1928. Era casado com a senhora Julieta Maria Maia de Góis Calmon. Foram os pais de seis mulheres e quatro homens: Maria Amélia; Inocêncio; Maria Constança; Maria dos Prazeres; Francisco; Miguel; João Augusto e Ana Maria. É importante ressaltar que “os prenomes lembram antepassados paternos e maternos, velho costume das antigas famílias brasileiras (CALASANS, 1991. p. 49).

Dessa geração resultaram médicos, engenheiros, advogados, primeiras-damas e escritores. Dentre eles destaca-se Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho (1912-1967) com diversas titulações, como: o reitorado da Universidade Federal da Bahia, o Ministério da Fazenda e a gestão

4 [□] Expressão de Afrânio Peixoto em seu livro *Minha terra e minha gente* (1915).

do primeiro banco privado do Brasil, o Banco Econômico.



Fotografia da família Calmon (1928) – sentado ao centro o senhor Francisco Marques de Góis Calmon e Julieta Maria Maia de Góis Calmon, cercados por seus filhos, genros e netos.

Fonte: Documento original – Arquivo da família Calmon – Memorial do Banco Econômico

As biografias recorrentes da memória dos Calmons contribuem para as decisões quanto à preservação desse patrimônio documental. E, como bem ressalta o professor José Calasans⁵ (1992, p.2):

A gente Calmon que chegou ao Brasil na segunda metade do século XVII, sempre desempenhou intensa atividade na vida brasileira. Muitos dos seus integrantes atuaram – e atuam – na vida política, na vida econômica, na vida literária brasileira. Vários os ministros de Estado, os líderes políticos, os administradores, os autores de obras literárias e científicas. A presença dos Calmons está suficientemente comprovada nos livros que publicaram e nos estudos que mereceram de vários autores

Enquanto representação desse passado, o arquivo da família Calmon recorda passagens da extraordinária história da Bahia e do Brasil, conservando e expondo importantes fontes primárias de variada natureza e expressão. A família Calmon nos deixou legado informacional que retrata três séculos e constituiu valioso patrimônio da cultura baiana.

Encontramos nessa documentação histórica informações com registros de conquistas e acontecimentos marcantes para a história regional e nacional, episódios que representaram

momentos de grande relevância no cenário internacional.

Com esse perfil, o arquivo da família Calmon apresenta-se como celeiro informacional da sociedade, constituído por várias gerações calmonianas. Merece, não apenas a salvaguarda, mas, e principalmente, estudo aprofundado com vista a um tratamento arquivístico condizente com sua especificidade e para que encontremos nas bases científicas da ciência da informação e da arquivologia o aporte teórico capaz de tornar esse arquivo acessível ao público de maneira sistêmica e compartilhada.

3 A organização do arquivo de família

O arquivo da família Calmon inicia-se com o conjunto documental de Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932) e finda-se com o legado de Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho (1912 – 1967). Abrangendo quase cem anos de história familiar, o acervo encontra-se intercalado com a história política, econômica, social e cultural do Brasil. No ano de 1984, ele foi doado pela família ao Memorial do Banco Econômico, instituição pertencente à Fundação Miguel Calmon. Quando da finalização da gestão dessa instituição financeira pelos membros da família, passou a ser gerenciado pelo Banco Central Brasileiro.

Considerando o pólo teórico, o arquivo da família Calmon obedece ao princípio da proveniência. Ou seja, os documentos desse acervo não foram dissolvidos e nem misturados a outros fundos. Observou-se a teoria francesa do respeito ao fundo definida em 1841 por Natalis de Wailly da seguinte maneira: “Os documentos não devem ser tratados isoladamente segundo um quadro metódico, e sim ficar agrupados em seus fundos de origem, sendo o fundo o conjunto de arquivos que provêm de uma mesma entidade — repartição, órgão público, pessoa, família, empresa, etc”. (DUCROT, 1998, p. 4).

A partir de outras leituras, especialmente em Duchein, 1998, p. 9, apud Ducrot (op. cit, p. 5), passamos a compreender que um conjunto documental não pode ser fragmentado e nem disperso. Para que se mantenha uma entidade como produtora de um arquivo, é mister que ela possua "uma existência jurídica e um nível de competência próprio". Assim configurado, tanto uma documentação emanada de pessoa jurídica quanto de pessoa física é compreendida como fundo arquivístico. Ou seja, todo indivíduo produz e acumula documentos pessoais, transformados, ao longo de sua vida, num fundo particular. Portanto, a depender de sua produção, documentos pessoais ou familiares caracterizados de interesse público devem ser recolhidos por instituições públicas e disponibilizados à sociedade.

O arquivo da família Calmon reúne, além de manuscritos, fotografias e outros materiais

iconográficos, livros, autógrafos e recortes de jornais acumulados a partir de atividades cotidianas. Esses itens documentais comprovam e completam dados acerca da biografia e memória de seus representantes. Com relação a outros documentos que não estejam armazenados fisicamente junto com os demais documentos do fundo, esclarece Ducrot (1998, p.9), eles fazem parte de um mesmo conjunto documental “intrinsecamente e devem ser inseridos em seu lugar lógico e no quadro de arranjo”.

Assim compreendendo, além dos documentos que estão reunidos num só espaço físico, intencionamos intervir na documentação que compõe o arquivo da família Calmon, aplicando análise documental e repensando o sistema arquivístico em toda extensão informacional legada pela família.

4 Os sistemas de informação para arquivos de família (SIF)

As tecnologias de informação e comunicação estão presentes hoje em todos os campos do saber, por isso os profissionais de todas as áreas existentes precisam estar capacitados com tal conhecimento para desenvolver as atividades referentes à sua área de atuação. Na Ciência da Informação observa-se o marcante uso das TICs, de acordo com Santos e Vidotti (2009, p.2):

A recente história da Ciência da Informação (CI) apresenta duas tendências no estudo da natureza do tratamento e da gestão da informação e do conhecimento. A primeira, predominante na Organização da Informação (OI), focaliza os procedimentos de análise, de síntese, de condensação, de representação e de recuperação do conteúdo informacional e a reflexão sobre organização do conhecimento, seus desdobramentos epistemológicos e instrumentais. [...]. A segunda, predominante nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), é marcada nas estruturas e modelos de sistemas computacionais atuantes nos processos de produção, de armazenamento, de preservação, de representação, de recuperação, de acesso, de (re) uso e de disseminação de conteúdos informacionais.

Posterior a Segunda Guerra Mundial surge a documentação, o processo referente à explosão informacional é fortalecido dando vazão a diversos estudos relacionados à Ciência da Informação, a diversidade de profissionais da área e a prática técnico-profissional, Arraes et. al. (2007, p.5). O uso das TICs na CI está relacionado à forma de produção, aos meios de armazenamento, às formas de preservação, à representação, como se dá o processo de recuperação, à acessibilidade, o (re) uso e a disseminação de produtos informacionais. Assim, as novas tecnologias estão diretamente relacionadas à produção de riquezas, a processo de construção cultural e às práticas de poder, o que fortalece o crescimento das redes que se constitui em uma, antiga, forma de organização social (FERREIRA, 2009, p. 120). “Redes são instrumentos apropriados para: a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; (CASTELLS, 1999, p. 498)”.

No âmbito dos arquivos o uso das TICs se dá por meio da preservação dos documentos e

disponibilização destes para os usuários. Oliveira (2006) em sua dissertação de mestrado mostra que o contexto atual dos serviços arquivísticos refere-se à transformação ocorrida nos arquivos que passaram de armazenador da massa documental e se tornam uma ferramenta capaz de produzir conhecimento e disseminar informações. “O ambiente web provoca nos serviços arquivísticos uma ampliação de suas perspectivas, para além de seus depósitos e salas de consulta, produzindo uma dimensão virtual” Oliveira (2006, p. 10). As novas tecnologias podem trazer vantagem e desvantagens para as práticas arquivísticas, as quais respectivamente são, a possibilidade de utilização dos arquivos à distancia fazendo uso das redes de informação e a influência sob a conservação permanente dos documentos eletrônicos o que tem sido uma das maiores preocupações dos arquivistas (JARDIM, 1992, p.255- 256).

Assim colocam-se as organizações arquivísticas diante da necessidade de operacionalizar transformações assumindo novas posturas institucionais, que se estende aos arquivos familiares e sua estrutura orgânica, com isso (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 55) mostra que:

[...] As tecnologias da informação desenvolvem-se para responder às novas necessidades de troca, de acesso e de difusão. As telecomunicações simplificam-se e popularizam-se. A velocidade de transmissão aumenta. Novos suportes vão surgindo. Os arquivos mudam de forma. A arquivística situa-se no cruzamento de novos contextos culturais, dos novos modos de gestão tal como das novas tecnologias. Ela está na confluência de várias disciplinas: informática, ciência da informação, história, lingüística, arqueologia, etnologia, etc.

Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação no impulsionam a construção de sistemas de informação específicos, o que para o arquivo de família, exige do profissional “[...] a alternativa para os arquivistas seria atuarem como especialistas da informação, desenvolvendo um papel ativo na sua criação, distribuição e conservação mediante a utilização de um grande conjunto de instrumentos automatizados e técnicas analíticas” (JARDIM, 1992, p. 257).

O encontro das ‘coleções de documentos’ por volta das décadas de 20 e 30, no Ocidente, refletindo na abordagem sistêmica e nas teorias dos sistemas resultantes da influência da Teoria Geral dos Sistemas, foi o período em que as ciências estavam divididas em especialidades, Lwdwin von Bertalanffy precursor da Teoria Geral de Sistema em meado de 1939, “tentou recompor a unidade da ciência através de sua teoria criação de modelos holistas, isomórficos, capazes de ‘abrigar fenômenos similares de áreas as mais distintas’ ” (ARAUJO, 1995, p.2), Bertalanffy afirma que tudo integra um único sistema, mas que possuem naturezas diferentes que se complementam, Miranda (2003).

A Teoria Geral de Sistemas deixou óbvia a inter-relação necessária entre todas as ciências, que umas dependem das outras para seu próprio desenvolvimento; demonstrou que existe

uma relação de complementariedade entre elas, além de sugerir a transferibilidade dos conhecimentos e métodos de umas disciplinas para outras. Fator acelerador do desenvolvimento científico na medida em que a experiência científica mais unificada beneficia a todas as áreas em vez de restringir-se a grupos e setores específicos (MIRANDA, 2003, p.157).

Nessa perspectiva, a Teoria Geral do Sistema conota um sentido filosófico e, assim, o sistema é entendido como:

um conjunto de partes interrelacionadas, interagindo para atingir determinado(s) objetivo(s). [...] Uma das classificações mais empregadas na ciência da informação diz respeito à divisão em sistemas naturais – os existentes na natureza – e sistemas artificiais ou sociais, os criados pelo homem para aperfeiçoar os sistemas naturais. (ARAUJO, 1995, p. 9).

A abordagem sistêmica da informação arquivística baseada na linha da teoria sistêmica de Bertalanffy, visualiza o arquivo, que segundo MALHEIROS (2002 apud RIBEIRO e FERNANDES, 2003, p. 4) é compreendido como “um sistema (semi-) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso), - a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”. Esse processo de definição da origem a uma caracterização da tipologia dos arquivos mediante sua complexa estrutura orgânica, a organização do processo serviço/ uso e da atividade da entidade responsável o que interfere na memória e recuperação da informação (RIBEIRO; FERNANDES, 2003, p. 4), o que para o sistemas de informação de família (SIF), a implicação da memória interage constantemente com os factores essenciais, modificando todos os aspectos de tratamento e de acesso a essa fonte de pesquisa e informação.

5 Considerações Finais

Este trabalho baseia-se em estudos anteriores sobre arquivo pessoal e de família. Encontramos aporte teórico e metodológico em publicações sobre o arquivo privado de Godofredo Filho, acervo que serviu como objeto da tese de doutorado da professora Zeny Duarte defendida no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Ufba, com o título de *Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado*, transformada em livro em 2005, com o seguinte título: *O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico*.

A partir dessa e de outras revisões bibliográficas, partimos do seguinte ponto: não podemos pensar a arquivologia sem entendê-la a partir das implicações contingenciais da história e de sua relatividade, na medida em que esta segunda tenta mostrar a apreensão das criações e recriações do

homem. A arquivologia parece estar nesse contexto. Há alcances inimagináveis na narrativa do documento, em sua espacialidade e temporalidade. Ao mesmo tempo, entender arquivo de indivíduo é dar a volta na história da relação entre o homem e seu documento e, conseqüentemente, com seu passado; é dar evasão ao que está implícito no ato de acumular os próprios documentos: dimensionar e autorizar a leitura e a descrição de cada item documental, concordando com a sua organicidade.

Observados os princípios arquivísticos, a linguagem documental a ser adotada para o arquivo da família Calmon, passará pelo viés da interdisciplinaridade, em que há de se considerar a relevância de ter uma dominante essencialmente prática, porém alimentada com algumas definições de ordem epistemológica. Mais do que encontrar nas técnicas soluções orientadas e definidas, faz-se necessário demonstrar possíveis suposições que os estudos interdisciplinares nos concedem na maneira de lidar com a organização de documentos pessoais e de outras fontes primárias de informação.

Arquivos desse gênero possuem referencial para a narração histórica. São agentes facilitadores no esclarecimento dos acontecimentos, dos eventos literários, artísticos, culturais, históricos, sociais, políticos e educativos da época.

Diante do exposto, organizar documentos de arquivo, precisamente arquivo de família, pressupõe um olhar do profissional da informação absorvido por um ato mais que tecnicista. Intervindo diretamente no documento, podemos ler parte do passado do clã Calmon, ao mesmo tempo em que identificamos funções simbólicas de variantes temporais.

A ideia de recolher documentos acumulados por representantes da sociedade provavelmente nasceu do entendimento de que a história é relativa e de que o documento de arquivo se diferencia de outros pelo valor de unicidade que possui, permitindo leitura das coordenadas espaciotemporais do documento, algo peculiar da análise documental em arquivos e bibliotecas. Fenômeno distanciado da antiga erudição e da visão estrutural e gerativa das modernas ciências da linguagem.

Encontramos na literatura arquivística certo conflito conceitual e terminológico no entendimento de arquivo familiar e arquivo pessoal e ou privado. O arquivo familiar tem sido compreendido do mesmo modo que arquivo pessoal ou privado. Segundo Belloto (2006, p.265), ele tem sido assim caracterizado por ser

[...] constituído por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que, preservados para além da vida dessa pessoa, constituem seu testemunho, como conjunto orgânico, podendo então ser aberto à pesquisa pública.

Ressalta-se que esse tipo de arquivo é resultado da vida e obra de pessoas de uma mesma família, cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas

respectivas nas áreas onde desenvolveram atividades. Ele pode ser detentor de informações inéditas a serem divulgadas para quem interessar. (BELLOTTO, 2006, p.266).

O arquivo da família Calmon é uma fonte passível de possibilidades de pesquisa. Segundo Bellotto (op. cit., 268),

O arquivo pessoal (*e de família*) pode ser usado com documentação básica, como documentação alternativa, como documentação subsidiária ou como documentação paralela. O mesmo conjunto documental serve de uma forma ou de outra em relação à pesquisa proposta. Isso depende do tema, das hipóteses levantadas, da perspectiva da abordagem do próprio fio condutor que o documento evidencia ao historiador (*pesquisador*) e não o contrário.

Por conseguinte, o arquivo da família Calmon apresenta-se como fundo possuidor de fonte primária de informação. É laboratório onde se podem verificar experiências quanto à inovação de teoria e métodos da arquivologia e da ciência da informação.

Além de possuidores de documentos inéditos de que resultaram produções dos familiares, esse arquivo é também, em gênero e número, um verdadeiro patrimônio documental único e original.

6 Referências

ÁRELLANO; Miguel Ángel Márdero; MORENO, Fernanda Passini; CHAGAS, Luciana. *Bibliotecas públicas e arquivos abertos*. In Proceedings Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação XXI, Curitiba, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanente: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 360p.

CALASANS, José. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época (1912-1967)*. Salvador: Record, 1991.

CALMON, Pedro, *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Jaboaão*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985, p. 83.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Registro*, Indaiatuba, ano 3, n. 3, p.18-33, jul. 2004.

COSTA, Plácida L. V. Amorim da; VIDOTTI, Silvana Ap. Borsetti G. Perspectivismo e Tecnologias de Informação e Comunicação: acréscimos à Ciência da Informação? *Data Gramma Zero*, v.10, n.3, jun 09. Disponível em: <www.dgz.org.br/jun09/Art_02.htm>. Acesso em: 29 nov. 2009.

DUARTE, Zeny. Arquivos, definições e evolução: introdução ao estudo do arquivo privado. *TecBahia: revista baiana de tecnologia*. v.11, n. 3, p. 172-179, set./dez., 1996.

DUARTE, Zeny. *Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho*: estudo arquivístico e catálogo informatizado. 2000. 390f. Tese. (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. *O espólio incomensurável de Godofredo Filho*: resgate da memória e estudo arquivístico. Salvador: ICI, 2005.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 21, v. 1, 1998. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>> Acesso em: 20 jun. 2009.

FERREIRA, Lívia Bergo Coelho. A revolução das tecnologias de informação e comunicação: conseqüências sociais, econômicas e culturais. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas*, v.7, n. 1, p. 117-127, jul./dez. 2009. Disponível em: <[encipecom.metodista.br/.../A_revolucao_das_tecnologias_de_informacao_e_comunicacao:_consequencias_sociais,_economicas... ->](http://encipecom.metodista.br/.../A_revolucao_das_tecnologias_de_informacao_e_comunicacao:_consequencias_sociais,_economicas...)>. Acesso em: 15 out. 2009.

MENEZES, Jayme de Sá. Família Calmon. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, v. 15, n.15, p-126-167, Salvador, 1967.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Catálogo genealógico das principais famílias*. In *Revista do Instituto Genealógico da Bahia* v. 4, n.4, p. 122-128, 1948.

JARDIM, José Maria. As tecnologias de informação e comunicação e o futuro dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 251-260.

LOPES, L. C. O lugar dos arquivos na cultura brasileira. *Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 31, p. 177-186, 2002.

MUSEU EUGÊNIO TEIXEIRA LEAL (Org.). *Os Calmons*. Salvador: Departamento de Publicações, Arquivos e Bibliotecas, 1992. 24 p. (Bibliografia, 1).

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.